



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8573 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

A RECONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: CONTRADIÇÕES E LIMITES

Denise Silva Araújo - UFG - Universidade Federal de Goiás

Luciene Batista - UFG - Universidade Federal de Goiás

**A RECONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL:
CONTRADIÇÕES E LIMITES**

Introdução

Neste trabalho, resultante de uma pesquisa de cunho teórico, pretende-se discutir a reconfiguração do ensino superior no Brasil, a partir das contribuições de teóricos que compreendem a universidade como instituição social de natureza pública e que defendem a educação e a cultura como direitos dos cidadãos imprescindíveis para o exercício da democracia. O problema orientador da pesquisa consiste na questão: Como as alterações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, em virtude do processo de mundialização e do surgimento de novos cenários competitivos e novos formatos organizacionais tem influenciado na reconfiguração das políticas para a educação superior?

Adota-se como método de investigação o materialismo histórico dialético, que permite desvelar a realidade concreta, evidenciando as contradições de forças antagônicas, no processo de movimento e transformação das sociedades. A opção pelo método deve-se ao entendimento de que a transformação da sociedade se realiza por meio de processos contraditórios caracterizados pelos movimentos de permanência e ruptura. Tal método constitui-se em elemento mediador do processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação da realidade social.

Para Fávero (2006, p. 19), o ponto inicial da discussão acerca das instituições de ensino superior não está centrado no “fenômeno universitário”, faz-se necessário conectá-lo à realidade concreta, a sua totalidade, por estar constituído por múltiplos determinantes. Nesse sentido, a universidade é chamada a ser palco de discussões sobre a sociedade, mas não em termos puramente teóricos, abstratos. Deve ser o espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, como também o

encaminhamento de propostas e alternativas para solução dos problemas.

Dias Sobrinho (2015) afirma que a universidade tem papel fundamental no desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos e produção de condições favoráveis à elevação dos indivíduos e das sociedades. Para ele, todos têm o direito ao acesso à educação de qualidade, pois é uma necessidade essencial na formação humana. Chauí (2003) evidencia que essa formação está associada à inserção dos sujeitos ao passado de sua cultura, a fim de despertá-los para as questões que esse passado engendra para o presente, provocando o deslocamento do instituído ao instituinte.

A universidade atual reduziu-se à burocracia da produtividade e o extermínio da criatividade, limitando-se a formar capital humano, uma vez que a economia determina as regras de organização da sociedade. A preocupação da universidade com a formação para a liberdade, a crítica fundamentada e a reflexão acerca dos problemas da sociedade deixaram de ser prioridade. A universidade foi atravessada pela economia de mercado, fazendo com que perdesse a sociedade como referência, tornando-se um produto ou serviço, que visa atender aos interesses de indivíduos e empresas (DIAS SOBRINHO, 2015).

O ensino superior brasileiro em tempos de globalização neoliberal

As alterações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, em virtude do processo de mundialização, o surgimento de novos cenários competitivos e formatos organizacionais, inverteu a lógica do público e bem social, ao impulsionar uma política de ensino superior, resultado da relação capital e trabalho, interferindo diretamente na produção do conhecimento e na formação profissional, exigindo uma organização curricular desvinculada da dimensão ontológica do trabalho.

Conforme Frigotto (2006, p.242), tomando-se o pressuposto básico de que o trabalho é categoria ontocriativa da vida humana, “o conhecimento, a ciência, a técnica, e a tecnologia e a própria cultura são mediações produzidas pelo trabalho na relação entre os seres humanos e os meios de vida”. O trabalho constitui o homem e não se reduz à atividade laborativa ou emprego, mas refere-se à produção dos diversificados aspectos da vida humana. O trabalho aparece como atividade que reproduz a vida biológica, mas também atende às necessidades da vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva, que são históricas e assumem singularidades no tempo e no espaço.

Para Catani; Oliveira; Dourado (2001), a atual conjuntura histórica está permeada por contextos complexos e contraditórios, especialmente: no que tange às transformações no mundo do trabalho. A política dos cursos de graduação tem sido impulsionada por um ideário hegemônico orientada pela Teoria do Capital Humano resignificada, que articula educação e empregabilidade. A visão empresarial e a produção capitalista vislumbram novos perfis profissionais, exigindo uma formação com polivalência e flexibilidade profissional, dimensões relacionadas ao desenvolvimento de habilidades e competências.

Daí decorre a formulação de políticas para o ensino superior, com o ideário da flexibilização curricular, que apresenta-se como uma ameaça ao conhecimento científico produzido e socializado nas universidades. Essa flexibilização curricular ligada ao conceito de empregabilidade implica em dar plasticidade aos currículos, no sentido de considerar as mudanças dos perfis profissionais que emergem do mundo do trabalho em transformação. Essa reforma da educação superior começou a se consolidar em 1995, com a Lei nº 9.131/1995, que cria o Conselho Nacional de Educação e dispõe acerca das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação (BRASIL, 1997). A ideia básica era adaptar os

currículos às mudanças dos perfis profissionais.

É relevante destacar que apreender o ideário da flexibilidade curricular nos cursos de graduação, é incorporar ao discurso os objetivos dos organismos multilaterais e agências financiadoras da educação no Brasil, as quais intencionam ajustar a educação superior à lógica empresarial, ou seja, assumir a competitividade em benefício da educação privada mercantil e reduzir a função social do ensino superior, afastando-o da natureza formativa. Esta flexibilização, assimilada pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação (BRASIL, 1997), impulsiona um reducionismo no tocante ao papel essencial e fundamental da universidade e sua função social de formar sujeitos tenham um posicionamento crítico diante as imposições do mundo do trabalho.

Para Chauí (2003), a transformação da universidade pública sob a perspectiva da formação humana e da democratização exige que ela se coloque claramente contra a exclusão; assuma a educação superior como um direito do cidadão; impeça que um bem público tenha apropriação privada; defenda a autonomia universitária (autonomia institucional, intelectual e financeira) pelo direito de elaborar suas normas de formação, docência e pesquisa, dentre outros aspectos.

Destaca-se a importância de revalorizar a docência, desprestigiada e negligenciada com a chamada “avaliação da produtividade” quantitativa; revalorizar a pesquisa, estabelecendo não só as condições de sua autonomia e as condições materiais de sua realização, mas também, recusando a diminuição do tempo para a realização dos mestrados e doutorados. A valorização da pesquisa nas universidades públicas exige políticas públicas de financiamento por meio de fundos públicos destinados a esse fim por intermédio de agências nacionais de incentivo à pesquisa e a adoção de uma perspectiva crítica acerca da ideia de sociedade do conhecimento quanto a de educação permanente, tidas como ideias novas e diretrizes para a mudança da universidade sob a perspectiva da modernização. Nesse sentido, a universidade pública não deve ser considerada pelo Estado como um gasto público e sim como investimento social e político, direito de todos os cidadãos e não um privilégio ou serviço (CHAUÍ, 2003).

A universidade que os sujeitos necessitam para sua formação humana integral é aquela em que o conhecimento seja socializado, produzido e apropriado por todos e não conduzido pelo capital, conforme a necessidade de novos perfis profissionais, substituídos facilmente, em decorrência das transformações do mercado.

Considerações finais

A reconfiguração do ensino superior no Brasil, é um desafio a ser enfrentado pelos diferentes sujeitos, que dela participam, uma vez que a política neoliberal vai de encontro às necessidades dos estudantes de acesso ao conhecimento científico que faz parte do Patrimônio da Humanidade.

Existem distinções entre considerar o conhecimento e a formação como bem público ou mercadoria. Como bem público, o conhecimento e a formação tem como indicador a sociedade e norteiam suas atividades por valores, justiça social, respeito, equidade e outros referentes à cidadania democrática. Já compreendidos como mercadoria, o conhecimento e a formação, impulsionam o desenvolvimento de habilidades e competências, necessárias à competitividade e aumento de lucros. É indiscutível a responsabilidade da universidade de trabalhar sobre o conhecimento e com o conhecimento, almejando alcançar o desenvolvimento humano integral e a construção social (DIAS SOBRINHO, 2015).

Os estudantes devem se posicionar contrários a uma formação em conta gotas, aligeirada, desprovida de análise, síntese, questionamentos e reflexões, dimensões imprescindíveis para a formação humana. Os professores precisam ajudar as novas gerações universitárias a compreenderem os retrocessos e provocá-las a se unirem a eles e à sociedade mais ampla pela transformação da universidade, com vistas a enfrentar com veemência os desafios da contemporaneidade, sem abandonar a sua histórica identidade pública,

A compreensão das diferentes políticas governamentais e dinâmicas universitárias, é imprescindível para a tomada de consciência em busca de se encontrar novos percursos para a reforma universitária. Seria um engano imenso se a universidade não admitisse o seu papel basilar na formação da cidadania e no desenvolvimento da sociedade civil. O pensamento crítico, reflexivo é indispensável em todo trabalho intelectual, nas diferentes áreas do conhecimento. A universidade pública precisa primar por este aspecto e não ceder lugar aos desejos do mercado, visto que sem o valor público e social, será somente uma organização e não uma instituição social que preocupa com a formação humana integral.

Palavras-Chave: Ensino superior. Formação humana. Organização curricular. Educação e trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CNE. Parecer nº 776/1997. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 75, ago.2001. Campinas – SP: Cedes, 2001. p.67-83.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Conferência de abertura da 26ª. Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas, MG, 05 de outubro de 2003. <http://www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm>. Acesso em 27/03/2011.

CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Ed.UNESP, 2001.

DAGNINO, Renato. Como é a universidade de que o Brasil precisa? Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.20, n.2, p.269-291, jul.2015.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade fraturada: conhecimento e responsabilidade social. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.20, n.3, p.581-601, nov.2015.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968, Curitiba, Editora UFPR, Educar, n.28, p. 17-36, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio in LIMA, Júlio César França. Fundamentos da educação escolar do Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

OLIVEIRA, J. F. A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da Universidade Federal de Goiás. 2000. 190f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

